

Sarney não quer tutelar Congresso

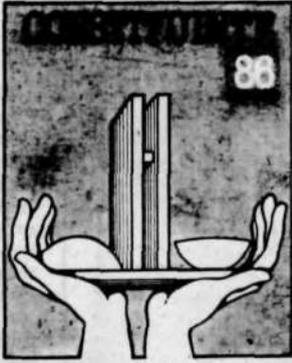
O presidente interveio apenas para assegurar o cumprimento de acordo

O presidente José Sarney informou ontem, através do porta-voz Fernando César Mesquita, que "não pretende tutelar as ações do Congresso Nacional, apesar dos riscos de desgaste político". Pela primeira vez, o Presidente concordou em comentar a tumultuada votação da emenda Jorge Uequet (PMDB-RS), que concedia anistia ampla e irrestrita a todos os militares cassados em 1964.

De acordo com o porta-voz, o Presidente só se envolveu no processo de votação desta emenda para assegurar o cumprimento de um acordo que havia sido firmado entre as lideranças políticas e os ministros militares.

— Houve muita demagogia nessa episódio. Se analisarmos atentamente a proposta aprovada em primeiro turno, o substitutivo Valmor Giavarina, veremos que os avanços nesta área da anistia foram significativos — queixou-se o Presidente.

Por outro lado, Sarney disse que, em nenhum momento, a sua emenda de



convocação da Constituinte foi contestada ou esteve ameaçada. "O Presidente está certo de que a proposta será aprovada em segundo turno", disse Fernando César.

Na opinião do Presidente, o País vive um "difícil momento de transição", no qual todos devem se conscientizar de suas responsabilidades, sobretudo os parlamentares. Ao exigir dos líderes partidários o cumprimento do acordo firmado com os militares, Sarney provou, segundo Fernando César, que, apesar do seu espírito "suave", sabe endurecer na hora certa.

FOTOS: GILBERTO ALVES



Sarney abre sua sala para a imprensa documentar o seu trabalho solitário no Dia do Funcionário

No Planalto, dia solitário

Mas eu não interfero nem no Maranhão! Disse sorrindo o presidente José Sarney em resposta à pergunta de um repórter, questionando-o se o Governo não iria interferir na disputa pela prefeitura de São Paulo. O Presidente, comentando sobre as eleições municipais, repetiu o que já tem anunciado: a Presidência da República não pode interferir para não provocar divisão.

"É evidente", disse Sarney, "que estou acompanhando com interesse, mas a Presidência não pode interferir". Interessa ao Governo e ele está torcendo é para que os candidatos da Aliança Democrática sejam vitoriosos, como afirmou o Presidente.

O terno escuro e os óculos davam um ar austero ao Presidente, mas ele estava descontraído e bem-humorado, às 11 horas, quando os repórteres fotográficos tiveram acesso ao seu gabinete. Na mesa, à sua frente, várias pastas com documentos que Sarney ia lendo e fazendo anotações num pequeno bloco.

No Dia do Funcionário Público não foi feriado para o Presidente da República que chegou às 9 horas no Palácio do Planalto. Ele mesmo disse que estava colocando em dia vários assuntos e sem uma agenda, aproveitando para conversar com algumas pessoas. Logo de manhã, estiveram no seu gabinete o ministro da Educação, Marco Maciel, e o deputado Francisco Pinto (PMDB-BA).

Assim que chegou ao

Palácio e após ler os jornais, o presidente Sarney não gostou de uma matéria mostrando que na questão do combate às mordomias, pouca coisa foi feita pelo Governo. Imediatamente determinou que seus assessores entrassem em contato com os ministros Aluizio Alves, da Administração, e João Sayad, do Planejamento, cobrando providências.

Após o almoço, o Presidente recebeu o líder do PMDB, Pimenta da Veiga, para uma conversa demorada e encerrou o expediente despachando com o ministro do Gabinete Civil, José Hugo, já por volta das 19 horas. Algumas medidas econômicas foram decididas ontem, segundo o secretário de Imprensa, Fernando César Mesquita, que serão anunciadas na próxima semana. Para os funcionários públicos, nenhuma novidade. O 13º salário, segundo o Presidente, ainda está em estudo.

Para o Presidente, ontem foi um dia normal de trabalho e isso fez com que muitos dos seus assessores também fossem ao Palácio do Planalto. Além do ministro do Gabinete Civil, José Hugo, estava também o ministro do Gabinete Militar, Bayma Denys, e todos os assessores diretos. Alguns auxiliares e secretárias, que não compareceram pela manhã, foram convocados e mesmo a contragosto, tiveram que trabalhar. Esperavam, pelo menos, uma boa notícia no Dia do Funcionário Público, que não veio.

Planalto quer novos canais

O presidente José Sarney reconheceu ontem, em conversa com o deputado Francisco Pinto (PMDB-BA), que "tem sentido na prática" a crise de lideranças no Congresso Nacional. E prometeu criar novos canais de comunicação com o Legislativo, para que o Governo ouça também a opinião de parlamentares que, rebelados contra os seus líderes, atuam como "líderes informais" de determinadas facções do PMDB e PFL.

— Os canais de comunicação do Governo estão funcionando com muita debilidade. O Presidente já gastou mais de 100 horas em conversas com líderes e presidentes de partidos, mas eles nem sempre representam a opinião de toda a bancada — constatou Chico Pinto, propondo a Sarney a indicação de um

coordenador político do Governo "para conversar com algumas lideranças não-oficiais do Congresso".

Integrante da chamada esquerda independente do PMDB, Chico Pinto obteve aprovação imediata do Presidente: "Ele me disse que realmente havia a necessidade de conversar mais amudadamente com algumas pessoas que são representativas no Congresso".

Como prova de que as bancadas "estão rachadas", o parlamentar citou o fato de o deputado Wilmar Palis (PDS-RJ), ex-malufista com pouca ou nenhuma representatividade na Câmara, ter conseguido colher o número suficiente de assinaturas de deputados, para apresentar um projeto de redução do mandato presidencial para apenas dois anos, com eleições

diretas em 1986.

— O líder do PDT, Nadyr Rossetti, e o vice-líder do PT, José Genoíno, já haviam tentado a mesma coisa há poucos meses e não obtiveram sucesso, o que comprova o clima de irritação dos deputados — lembrou Chico Pinto, observando em seguida, num breve momento de silêncio, o rosto circunscrito de Sarney.

Na conversa de 30 minutos que teve com Sarney, Chico Pinto fez um balanço da tumultuada votação da emenda Jorge Uequet (PMDB-RS) que concedia anistia ampla a todos os militares cassados pela revolução de 1964. O líder do PMDB, deputado Pimenta da Veiga, ficou, na sua opinião, "em posição pouco cômoda", tendo sido desafiado por 95 de seus liderados.

— Se eu fosse líder e a bancada continuasse votando sistematicamente contra mim, não sei como me comportaria. Possivelmente, eu deixaria a liderança — afirmou Pinto ao Presidente, ressaltando que não defende, como diversos outros companheiros de partidos, a destituição de Pimenta da Veiga.

"Determinados acordos são feitos sem que a bancada tome conhecimento", acusou Chico Pinto. "E o caso desse entendimento da anistia, firmado entre as lideranças do PMDB e do PFL com os ministros militares. Os militares queriam que o acordo fosse cumprido e, embora ache que eles foram radicais, sob esse aspecto teriam até razão", reconheceu. Ao afirmar o acordo com os militares, os líderes contrariaram, na opinião de Francisco Pinto, o Estatuto do PMDB.



Francisco Pinto: "Há crise de lideranças"